

PODER / Chefe do Planalto e presidente da Câmara entregam moradias em Alagoas, onde o deputado disputa o poder local com o senador Renan Calheiros, relator da CPI da Covid. Viagem ao Nordeste tem como finalidade divulgar ações dos mil dias do governo federal

Lira e Bolsonaro alinhados

» INGRID SOARES
» LUANA PATRIOLINO

O presidente Jair Bolsonaro abriu as comemorações dos mil dias de governo na região Nordeste, reduto do petista Lula. Ele deverá visitar municípios das cinco regiões do país até 1º de outubro. Ao lado do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o chefe do Executivo entregou residências populares em Teotônio Vilela (AL) e acenou ao Congresso afirmando que o mesmo tem uma grande contribuição nas entregas que o governo realiza

pelo Brasil. Ao se referir a Lira, chamou-o de "velho amigo". Ontem, Lira se alinhou com o presidente ao responsabilizar governadores pela alta dos combustíveis e disse que o parlamento vai debater o projeto de lei para fixar o valor do ICMS. (Leia mais na página 6).

Lira defendeu a gestão de Bolsonaro ao dizer que quem comprou os imunizantes distribuídos no estado foi o governo federal. Alagoas é comandada pelo governador Renan Filho (MDB), filho do senador Renan Calheiros e adversário político local do grupo político do presidente da Câmara.

"Vou fazer uma pergunta aqui: Quem vocês acham que comprou as vacinas que vieram para Alagoas? Foi o governo do estado, foram os prefeitos? Todas as vacinas de Alagoas foram compradas e entregues pelo governo de vossa excelência. Hoje, temos uma das menores taxas de mortalidade do país e não é por nenhum esforço do governo estadual, que alardeia e faz propaganda, mas pelo esforço do governo federal", alegou.

Por fim, o presidente da Câmara destacou que o Senado "precisa acelerar as suas discussões e que os entendimentos es-

tão sendo feitos para que isso aconteça". Isso, segundo ele, para que em 2022, o povo possa julgar quem merece retornar ao cargo.

"Carta de alforria"

Sobre os títulos de propriedade entregues, o presidente aproveitou para alfinetar indiretamente o PT dizendo que o documento é uma "carta de alforria", e que os que receberam "não serão mais escravizados por quem quer que seja".

O alagoano ex-presidente da República e senador Fernando Collor de Mello elogiou o presi-

dente afirmando que ele é um homem determinado, corajoso e que "enfrenta poderosos onde quer que eles estejam" na defesa do interesse da maioria brasileira.

Horas antes, Bolsonaro desembarcou em Teixeira de Freitas (BA). Durante o evento, foram veiculadas peças com ações locais e frases como: "Não te contaram, mas o governo federal faz muito para melhorar a vida do nosso Nordeste". No discurso na inauguração da Estação Cidadania e entrega de títulos de propriedades rurais, o presidente disse que se perguntava como chegou até aqui e listou

problemas como a pandemia, a inflação e a crise hídrica.

Ele voltou a culpar governadores que adotaram medidas restritivas na tentativa de conter casos de covid-19 pela alta dos preços. Bolsonaro pediu que os apoiadores se informem e só reclamem "com razão", antes de criticar o governo.

Na chegada ao aeroporto de Teixeira de Freitas (BA), sem máscara e em meio a aglomeração, o presidente cumprimentou apoiadores com apertos de mão, abraços e tirou selfies. Posteriormente, seguiu desfile de pé em uma picape.

>> entrevista **MARCELO RAMOS** | DEPUTADO FEDERAL (PL-AM), VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

Entre o calote e a pedalada

» DENISE ROTHENBURG
» JOÃO VITOR TAVAREZ*

O vice-presidente da Câmara dos Deputados, Marcelo Ramos (PL-AM), vê contradições na postura do governo em relação aos precatórios. "O mesmo governo que reclama de pagar R\$ 89 bilhões de precatórios — cujo Poder Judiciário reconheceu que deveria pagar em 2022 — é o mesmo que recebeu R\$ 80 bilhões em decisões judiciais no ano passado", afirma Ramos. Em entrevista ao CB.Poder — parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília — Marcelo Ramos critica a estratégia para saldar as dívidas. "Sob a lógica do credor, é um calote, pois o governo tem que pagar e diz que não quer. E sob outra lógica, é uma pedalada fiscal". Confira os principais trechos da entrevista.

Como está a negociação dos precatórios?

O mesmo governo que reclama de pagar R\$ 89 bilhões de precatórios — cujo Poder Judiciário reconheceu que o governo deveria pagar em 2022 — é o mesmo que re-

cebeu R\$ 80 bilhões em decisões judiciais no ano passado. Então recebe esse valor e não quer pagar os R\$ 89 bilhões. Dentro dos precatórios, R\$ 19 bilhões do fundo de Educação, dos quais 60% devem ser revestidos para pagamento de abono para professores. Qual o problema? É que o governo quer pegar o montante para pagar os R\$ 89 bilhões, no ano que vem, fazendo o seguinte: ou parcelar em 10 vezes, pagando 15% disso. Ou pagar R\$ 40 bilhões, referente ao valor dos precatórios de 2016, deixando R\$ 50 bilhões para uma negociação compulsória, onde o credor é obrigado a receber uma ação de estatal ou imóvel da União; ou compensar com um débito tributário com a União, e o resto deixar para os anos seguintes.

O que significa isso?

Isso, sob lógica do credor, é um calote, pois o governo tem que pagar e diz que não quer. E sob outra lógica, é uma pedalada fiscal, porque precatório é despesa obrigatória — que se empurra de um ano para outro, junta

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



O governo que reclama de pagar R\$ 89 bilhões de precatórios é o mesmo que recebeu R\$ 80 bilhões em decisões judiciais em 2020"

com outras despesas. Isso gera insegurança jurídica para o país.

Qual a solução?

Aponto o seguinte: R\$ 40 bilhões seriam pagos considerando o valor dos precatórios de 2016, atualizado até 2022, e com base no IPCA. O teto de gastos é o valor que se gastou com despesa disci-

cionária no ano anterior mais a inflação de julho a junho. A inflação de junho a julho dá 6,27%, o que abre no teto de gastos mais R\$ 24 bilhões. A dívida (precatórios) é de aproximadamente R\$ 89 bilhões. Então os R\$ 40 bilhões, somados aos R\$ 24 bilhões, resultam em R\$ 64 bilhões. Assim, sobram R\$ 26 bilhões, dos quais, conforme mi-

nhá proposta, seriam pagos fora do teto de gastos, com o governo emitindo o título da dívida pública. Isso é furar o teto de uma forma transparente, sem dar calote e com segurança jurídica. A solução para o problema é o pagamento total do precatório.

É correto o discurso do governo,

que acusa os governadores de não baixar ICMS e contribuir para o alto preço da gasolina?

É importante entender que o problema não está concentrado nos combustíveis. O Brasil tem um descontrole da inflação, cuja previsão é chegar, aproximadamente, a 9,25% ao fim deste ano. Muito acima da meta estabelecida e por erros na política econômica do governo. Quando se recorta a inflação nos itens mais sensíveis no bolso do cidadão — combustível, gás de cozinha, cesta básica e energia —, ela está ainda mais alta. Não dá para culpar governadores em relação à questão dos combustíveis.

Por quê?

O ICMS, nos 27 estados da Federação, é um percentual que incide sobre o preço do combustível. Vamos supor que o ICMS seja de 20%, e o combustível está a R\$ 2. Então o imposto fica a 0,40 centavos. O ICMS só aumenta para R\$ 1 se o combustível passar de R\$ 2 para R\$ 5. O ICMS aumenta quando o combustível fica mais caro. O encarecimento ocorre, pois a Petrobras continua praticando a mesma política de preço, que é lastreada no dólar e a custo internacional.

* Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza



Alexandre Garcia

"Esses mil dias lembrados pelo presidente me fazem pensar que nos quase 30 mil dias de vida nunca senti tão próximo um cerco liberticida"

Mil estranhos dias

A palavra mais citada no discurso de mil dias do presidente da República foi liberdade. Por quê? A liberdade de expressão, garantida pelo artigo 220 da Constituição, está em perigo. E não é apenas a censura, embora vedada no mesmo artigo. As liberdades estão sendo cerceadas, como se uma vontade totalitária estivesse agindo, para estabelecer uma ditadura do tipo

exposto por George Orwell, no seu brilhante livro *1984*.

Fico imaginando o inusitado que seria se o presidente Jair Bolsonaro, dia 21, na ONU, denunciasse que no seu país há censura, cerceamento de direitos fundamentais e presos por crime de opinião, sem o devido processo legal. Que aqui se estabelece o que pode ser dito e o que não pode. Certamente não

fez isso porque iria prejudicar a imagem do país. Mas se tivesse denunciado, esse não seria o inusitado maior.

O maior inusitado é que censura, cerceamento de liberdades e prisões não são atos de um presidente chamado de autoritário, mas consequências de decisões da Corte encarregada de defender e guardar a Constituição e, pior, atos aplaudidos e apoiados por meios de informação e instituições de defesa das leis. A pandemia acordou a natureza totalitária que estava dormida. E até o Legislativo se curvou, quando recebeu ordem de abrir uma CPI no Senado e,

depois, de prender um deputado. O presidente da República resignou-se quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que ele não poderia nomear o seu diretor da Polícia Federal.

Lembro-me do Plano Cruzado, quando multidões se converteram em fiscais do Sarney e saíram a prender gerentes de supermercado e de farmácia, como se fossem fiscais de quartelão soviéticos ou Sturmabteilung de Hitler, enquanto a Polícia Federal entrava no pasto, sem mandado judicial, para prender boi gordo. Nos dias de hoje repetiu-se com o lockdown, prendendo, com algemas e

violência, gente que saía à praça, à praia, abria a loja, conduzia a carrocinha do sustento. Assustados pelos arautos da pandemia, nem sentimos que nos tiravam liberdades.

Hoje, temos agências de censura, também chamadas de agências de checagem. Uma inquisição sob o nome de CPI, desrespeita os depoentes com ironias e gritos. Youtubers são levados a depor na polícia, como aviso e intimidação. Esses mil dias lembrados pelo presidente me fazem pensar que nos quase 30 mil dias de vida nunca senti tão próximo um cerco liberticida.

MK

RESIDENCIAL
MÁRCIA KUBITSCHK

Vem aí o melhor do mercado imobiliário. Apartamentos reversíveis. Neste sábado.

REALIZAÇÃO E VENDAS

Paulo Octavio

© 2021